



CONTRATO Nº/202...

PAD Nº 2421/2019

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e legislações pertinentes, e em conformidade com o Pregão Eletrônico nº/20...., PAD nº 2421/2019, e a Proposta Vencedora, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº.
....., com sede na Rua, nº,
complemento....., bairro, cidade/estado, CEP:,
telefones: (....)....., (....)....., e-mails:....., neste ato
representada por, portador(a) do CPF nº.
....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o
seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para **execução de serviços de ancoragem para realização de trabalhos em altura, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos**, de acordo com as características e especificações contidas neste contrato e demais anexos.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste documento, bem como às disposições descritas no edital e demais anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Do local da prestação dos serviços: o fornecimento e instalação do sistema

de ancoragem para trabalho em altura ocorrerá nas dependências do Fórum Eleitoral de Curitiba e na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nos endereços informados a seguir:

a) Fórum Eleitoral de Curitiba: Rua João Parolin, 55, Prado Velho, Curitiba-PR.

b) Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR.

2.2 - Da descrição dos serviços:

2.2.1 - O detalhamento e quantitativos dos serviços estão dispostos, além deste Contrato, nos seguintes documentos:

a) Relatório Técnico: Anexo II;

b) Caderno de Encargos: Anexo III;

c) Projeto de Ancoragem: Anexo IV;

2.3 - Das Ancoragens nas coberturas:

2.3.1 - Devem ser compostas por pontos de ancoragem e linhas de vida, de retenção de quedas e de restrição de movimento, dispostos conforme o projeto (Anexo IV).

2.3.2 - Os pontos de ancoragem nas áreas das coberturas devem ser, sempre que possível, instalados por meio de fixação química na cinta da platibanda e em vigas. Apenas em casos onde isso não se faça possível, devido à estrutura existente da edificação, será analisada pela CONTRATANTE a possibilidade de instalação por transfixação.

2.3.2.1 - A empresa deverá informar previamente os pontos onde não é possível a instalação sobre a platibanda por fixação química.

2.3.2.2 - Nos casos onde for necessária a instalação de ponto por transfixação, o disco externo deve ser devidamente pintado em cor similar à da parede.

2.3.3 - Todo e qualquer dano ocasionado por infiltrações que surjam devido aos pontos de ancoragem deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA, devendo as infiltrações serem sanadas o mais breve possível.

2.3.4 - Em todo ponto de ancoragem deve ser instalado dispositivo de ancoragem tipo A1, com um disco metálico abaixo para identificação do ponto, onde devem existir todas as informações referentes à data de instalação, à empresa que o instalou, às inspeções necessárias, entre outras exigidas pelas normas vigentes.

2.3.5 - A instalação de dispositivos de ancoragem deve ser em conformidade com o disposto nas normas NR35 anexo II e NBR 16325-1 e 2, e demais normas vigentes.

2.4 - Das Ancoragens em Lajes Técnicas:

2.4.1 - Os pontos de ancoragem nas áreas das coberturas devem ser, sempre que possível, instalados por meio de fixação química na cinta da platibanda e em vigas. Apenas em casos onde isso não se faça possível, devido à estrutura existente da edificação, será analisada pela CONTRATANTE a possibilidade de instalação por transfixação.

2.4.1.1 - A empresa deverá informar previamente os pontos onde não é possível a instalação sobre a platibanda por fixação química.

2.4.1.2 - Nos casos onde for necessária a instalação de ponto por transfixação, o disco externo deve ser devidamente pintado em cor similar à da parede.

2.4.2 - Todo e qualquer dano ocasionado por infiltrações que surjam devido aos pontos de ancoragem deverão ser ressarcidas pela CONTRATADA, devendo as infiltrações serem sanadas o mais breve possível.

2.4.3 - Em todo ponto de ancoragem deve ser instalado dispositivo de ancoragem tipo A1, com um disco metálico abaixo para identificação do ponto, onde devem existir todas as informações referentes à data de instalação, à empresa que o instalou, às inspeções necessárias, entre outras exigidas pelas normas vigentes.

2.4.4 - A instalação de dispositivos de ancoragem deve ser em conformidade com o disposto nas normas NR35 anexo II e NBR 16325-1 e 2, e demais normas vigentes.

2.5 - Da Placa de identificação:

2.5.1 - Em locais próximos às linhas de restrição de movimento, localizadas nas lajes técnicas e também na cobertura do bloco B, devem ser instaladas placas de identificação, com instruções de uso das linhas de restrição de movimento.

2.5.1.1 - As placas devem ser em acrílico, com fixação em paredes com localização conforme indicado pela fiscalização, com dimensões de 12x30cm.

2.6 - Do Guarda Corpo:

2.6.1 - Os Guarda-corpos existentes na laje técnica do nível 4 bloco B, e na mureta da área externa da Sala de Sessões, indicados em projeto (Anexo IV), devem ser devidamente removidos.

2.6.2 - Conforme indicado em projeto (Anexo IV), o espaço externo localizado no nível 4, bloco B, deve receber a reinstalação de parte do guarda-corpo retirado do mesmo nível.

2.6.3 - Na área externa da Sala de Sessões, nível 05 bloco A, deve ser instalado novo guarda-corpo acima da mureta existente, com as seguintes especificações:

- a) em tubo galvanizado;
- b) diâmetro de 2" (duas) polegadas;
- c) altura de 1,10m;
- d) com balaústres verticais com diâmetro de 1/2" espaçados de maneira a não existir vãos maiores que 15cm (similar àquele já existente junto à Sala do Conselho, no mesmo pavimento)
- e) toda a instalação dos guarda-corpos deve ser realizada em conformidade com as instruções apresentadas pelos fabricantes e nas normas vigentes à matéria.

2.6.4 - Na área externa do Nível 02 do prédio Sede, próximo aos geradores, deve ser instalado guarda-corpo com as seguintes especificações:

- a) tubular;
- b) com travessão superior na altura de 120cm;
- c) travessão intermediário na altura de 70cm;
- d) rodapé com 20cm de altura;
- e) preenchimento com tela de arame ondulada malha 5x5cm, conforme especificado na NR 18.

2.7 - Da Escada Marinheiro no Fórum:

2.7.1 - A escada tipo marinheiro, de acesso à caixa d'água do Fórum Eleitoral de

Curitiba deve receber a instalação de linha de vida vertical, com tensionador e indicador de tensão na ponta inferior, olhais e grampos pesados em ambas as pontas.

2.7.2 - Todas as hastes de sustentação da linha de vida devem ser executadas conforme indicações do fabricante, devendo ser apoiadas no concreto da platibanda ou na própria estrutura da escada marinho, de maneira que a linha de vida apresenta a resistência suficiente para a segurança do trabalhador durante uma possível queda.

2.8 - Do Teste de Funcionamento:

2.8.1 - Nos equipamentos, objeto desta contratação, deverão ser realizados testes de confiabilidade, com certificado de verificação e conformidade, e demais testes exigidos pelo fabricante em todos os dispositivos componentes do sistema de linha de vida horizontal, assim como na linha de vida vertical da escada tipo marinho.

2.8.2 - Após realização dos testes, deve ser emitido laudo técnico por profissional devidamente qualificado que autorize a utilização com segurança de todos os equipamentos. As linhas de vida devem apresentar certificação pela norma NBR 16325-2/2014.

2.9 - A natureza dos serviços a serem executados consiste na contratação de serviços de engenharia para instalação e readequação do sistema de ancoragem montando de forma ordenada todo o mecanismo, para compor um todo a funcionar.

2.10 - Do recebimento dos serviços:

2.10.1 - Do recebimento provisório:

2.10.1.1 - No recebimento provisório, será realizada conferência *in loco* dos itens constantes na planilha, pelo fiscal designado e por Engenheiro contratado pelo TRE/PR, o qual irá aferir o emprego correto de todos os materiais e serviços descritos, de acordo com os anexos deste Contrato. Caso algum item não esteja de acordo, será realizada recusa, devendo a Contratada providenciar a troca, no caso de materiais, ou o refazimento, no caso de serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.10.1.2 - Após a conferência, o TRE/PR emitirá, em até 10 (dez) dias úteis, o termo de recebimento provisório, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal, que deverá ser assinado pelo fiscal, engenheiro contratado pelo Tribunal e pela Contratada.

2.10.2 - Do recebimento definitivo:

2.10.2.1 - O recebimento definitivo será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da conferência do recebimento provisório com as planilhas orçamentárias do contrato e da conferência de toda a documentação exigida, com emissão de atestado, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

2.10.2.2 - O recebimento definitivo será firmado por Comissão especialmente formada para este fim, nos termos da Portaria 415/2017, e Lei 8666/93, art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b".

2.10.2.3 - Compõe o recebimento definitivo o ART devidamente assinado e com o comprovante e pagamento junto ao CREA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Do prazo de execução e vigência:

3.1.1 - O prazo total para execução dos serviços será de 44 (quarenta e quatro) dias

corridos. O início dos serviços dar-se-á em 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.

3.1.2 - O contrato a ser firmado terá vigência de 04 (quatro) meses a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.1.3 - Caso a Contratada tenha interesse em alterações no cronograma de execução dos serviços, a mesma deverá encaminhar em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, para aprovação da gestão e fiscalização do contrato.

3.1.4 - Antes do início dos trabalhos, será realizada reunião, no edifício sede, a fim de esclarecer as rotinas e procedimentos de execução dos serviços, entre:

- a) o preposto e o responsável técnico, indicado no processo licitatório, da empresa contratada;
- b) o responsável técnico da empresa que efetuará a fiscalização;
- c) os representantes da Seção de Obras e Projetos.

3.2 - Da garantia:

3.2.1 - Os serviços e materiais utilizados para o cumprimento do objeto da presente contratação terão garantia mínima de 2 (dois) anos, contados do aceite final do TRE/PR.

3.2.2 - Caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados e/ou nos materiais empregados, a Contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do comunicado do TRE/PR, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

3.2.3 - Os serviços não aceitos deverão ser refeitos, à vista das especificações respectivas, sem que disto resulte atraso na execução, ficando a Contratada obrigada a demolir e refazer os trabalhos, bem como remover os entulhos, sem ônus ao TRE/PR.

3.3 - Da sustentabilidade:

3.3.1 - Embora a quantidade de lixo produzida seja mínima, (somente a embalagem dos equipamentos), a Contratada deverá executar diariamente, ao final de cada serviço efetuado, a limpeza dos locais utilizados, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação e uso.

3.4 - Da saúde e segurança no trabalho:

3.4.1 - A contratada deverá prover os funcionários com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 - Equipamentos de Proteção Individuais - EPI e NR-1 - Disposições Gerais.

3.4.2 - A contratada deverá apresentar ao fiscal, relação de EPIs a serem utilizados, conforme relacionado no quadro exemplificativo a seguir:

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros.
	Capacete especial	Equipamentos ou circuitos elétricos
	Protetor facial	Projeção de fragmentos, respingos de líquidos e radiações nocivas.

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
	Óculos de segurança contra impacto	Ferimentos nos olhos
	Óculos de segurança contra respingos	Irritação nos olhos e lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos
MÃOS E BRAÇOS	Luvras e mangas de proteção (couro, lona plastificada, borracha ou neoprene)	Contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou radiações perigosas.
PÉS E PERNAS	Botas de borracha (PVC)	Locais molhados, lamacentos ou em presença de substâncias tóxicas.
	Calçados de couro	Lesão do pé
INTEGRAL	Cinto de segurança	Queda com diferença de nível
AUDITIVA	Protetores auriculares	Nível de ruído superior ao estabelecido na NR-5 - Atividades e Operações Insalubres
RESPIRATÓRIA	Respirador contra poeira	Trabalhos com produção de poeira
	Máscara para jato de areia	Trabalhos de limpeza por abrasão por meio de jatos de areia
	Respirador e máscara de filtro químico	Poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde
TRONCO	Avental de raspa	Trabalhos de soldagem e corte a quente e de dobragem e armação de ferros

3.4.3 - Os trabalhadores que não estiverem portando EPIs deverão ser retirados imediatamente do campo de trabalho, podendo retornar somente após a correta utilização dos mesmos.

3.4.4 - Para evitar a propagação da COVID 19, os empregados deverão utilizar máscara durante os serviços, bem como a empresa providenciar álcool em gel para higienização constante das mãos. Respeitar o distanciamento no trabalho.

3.4.5 - Da Segurança - Trabalho em Altura:

3.4.5.1 - Todo colaborador que atue em serviços sobre a cobertura ou nas lajes técnicas deverá estar utilizando os equipamentos de segurança necessários para os trabalhos em altura, o cinturão tipo paraquedista deverá estar conectado ao sistema existente ou à linha de vida provisória instalada com cordas amarrada na platibanda, ou em grades de janelas no sentido contrário da caída da cobertura.

3.4.5.2 - O sistema de linha de vida provisória deverá ser instalado de forma a não permitir a queda livre dos trabalhadores, cada trabalhador deverá estar conectado a um ponto de ancoragem individual.

3.4.5.3 - Em nenhum momentos trabalhadores sem os equipamentos de segurança em altura devem transitar sobre as coberturas.

3.4.5.4 - Para os trabalhos na cobertura, além dos equipamentos de segurança individual, os colaboradores devem utilizar de tábuas de madeira, ou passarelas metálicas, para o caminhar com mais segurança sobre as telhas, sem danificá-las.

3.5 - Das demais obrigações da Contratada:

a) Programar suas atividades de modo a não causar paralisações nas atividades do Fórum Eleitoral e Sede do TRE/PR.

b) Emitir e recolher, em até 5 (cinco) dias úteis da data da assinatura do contrato, para cada edificação contratada referente aos serviços que serão realizados, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/PR ou o Registro de

Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU/PR, conforme legislação vigente, e apresentar ao gestor da contratação.

c) Ratificar ou retificar as medidas constantes nas planilhas, anteriormente ao início da execução dos serviços.

d) Utilizar placas de orientação quanto aos serviços que estão sendo executados, evitando assim eventuais acidentes com pessoas que circulam pela edificação, uma vez que as reformas serão executadas em local de trânsito de pessoas.

e) Obedecer rigorosamente às exigências das normas de segurança do trabalho.

f) Executar os serviços por meio de pessoal por ela contratado, dotado de experiência e qualificação profissional compatíveis com o objeto da contratação e sob sua exclusiva responsabilidade.

g) Elaborar RDS (Relatório Diário dos Serviços). A Nota Fiscal apresentada para pagamento deverá ser acompanhada do RDS.

h) O primeiro RDS (Relatório Diário de Serviços), deverá conter um relatório fotográfico retratando todo o ambiente onde serão executados os serviços, inclusive a situação do telhado.

i) O último RDS (Relatório Diário de Serviços), deverá conter um relatório fotográfico retratando todo o ambiente onde foram executados os serviços, inclusive a situação do telhado.

j) Substituir qualquer profissional, quando solicitado pela Fiscalização, desde que verificada sua incompetência na execução das tarefas, bem como se apresentar hábitos de conduta nocivos à boa administração dos serviços.

k) A substituição de qualquer funcionário deverá ser processada, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação da Fiscalização.

l) Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.

m) Providenciar equipamentos e ferramentas apropriados ao uso a que se destinam, sendo proibido o emprego de ferramentas e equipamentos defeituosos, danificados ou improvisados.

n) Empregar materiais novos, os quais deverão satisfazer rigorosamente às condições estipuladas neste Contrato.

o) Arrumar os materiais necessários à prestação dos serviços de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e às portas ou saídas de emergência; e também, de modo a não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

p) Retirar do recinto dos serviços os materiais porventura impugnados pela Fiscalização, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Fiscal, sendo expressamente proibido manter no recinto dos serviços quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações.

q) Manter e conservar as instalações e equipamentos existentes e reparar as que venham a sofrer danos com os serviços.

r) Informar à administração a identificação dos funcionários que executarão os serviços contratados e assegurar que os mesmos façam uso de uniformes e crachá de identificação durante a realização dos serviços.

s) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que

acontecido em dependência do Contratante.

t) Proteger as partes móveis dos equipamentos e evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como, não efetuar a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada.

u) Indicar formalmente o preposto (que poderá ser o representante legal da empresa), junto ao gestor da contratação, que responderá pela empresa pelos assuntos referentes à contratação e fornecer ao Contratante o endereço eletrônico (e-mail), telefones celular e fixo da empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

v) O endereço eletrônico será o principal meio de contato para as informações relativas à prestação dos serviços, desta forma o preposto deverá acompanhá-lo diariamente.

w) Absorver, na execução dos serviços, objeto da presente contratação, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, conforme artigo 8º, parágrafo único da resolução CNJ nº 114/2010.

x) Ao final dos serviços a empresa deverá fornecer memorial descritivo dos pontos de ancoragem e linhas de vida contendo no mínimo: Plano de instalação esquemático, projeto de instalação, As Built, registros fotográficos, especificações técnicas dos produtos, equipamentos e dispositivos, informações de instalação, declarações e manual de utilização e inspeção.

y) Após a realização dos testes informados no item 2.8 deste Contrato, deverá ser emitido laudo técnico por profissional devidamente qualificado que autorize a utilização com segurança de todos os equipamentos.

z) Todos os materiais e dispositivos serão fornecidos pela Contratada, devendo ser novos, de primeira qualidade satisfazendo às condições especificadas no Caderno de Encargos.

3.6 - Quadro resumo com prazos, documentos e providências a serem cumpridas:

PRAZOS	DOCUMENTOS/ PROVIDÊNCIAS
44 (quarente e quatro) dias corridos.	- Conclusão dos serviços.
Até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.	- Indicar formalmente o preposto ao gestor da contratação, e-mail e outros dados para contato.
Até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.	- Entregar o cronograma físico financeiro.
Até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.	- Apresentar ART/RRT.
Até 24 (vinte e quatro) horas do comunicado da Fiscalização.	- Substituição de funcionário.
Até 48 (quarenta e oito) horas do comunicado da Fiscalização.	- Retirar do recinto dos serviços os materiais porventura impugnados pela Fiscalização.
Até 5 (cinco) dias úteis da recusa do recebimento dos materiais e/ou serviços.	- Substituição de materiais e refazimento de serviços.
02 (dois) anos	- Garantia de materiais e serviços.
Até 5 (cinco) dias úteis do comunicado do TRE	- Reparo e/ou substituição de serviços, caso seja constatado qualquer vício/ defeito/ imperfeição.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho: 02122003320GP0041.

Nota de Empenho: 20...NE....., emitida em/..../20.....

Elemento de Despesa: 33.90.39.16

Categoria Econômica: Custeio

Código SIASG: 162-7.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **04 (quatro) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do Contratante.

5.2 - Do prazo para a execução dos serviços: o prazo para execução dos serviços será de 44 (quarenta e quatro) dias corridos, com pagamento de acordo com cronograma físico-financeiro.

5.2.1 - A contagem do prazo para início da execução se dará em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO GESTÃO DO CONTRATO

6.6.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º da Lei nº 8.666/93, mediante assistência e subsídios de empresa contratada para esse fim.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3 - Caberá ainda aos gestores da contratação:

a) Receber e atestar a nota fiscal referente aos serviços contratados encaminhando-a, no procedimento (PAD) financeiro — a ser criado pela Seção de Obras e Projetos, ao setor financeiro, para pagamento, cumprindo-se os prazos e os demais requisitos do TRE/PR.

b) Abrir procedimento (PAD) de fiscalização, se necessário, e acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados.

c) Oficiar a prestadora do serviço, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas.

d) Ao persistirem as irregularidades, o Gestor abrirá processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), e o encaminhará à Coordenadoria de Infraestrutura

Predial, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, anexando-se cópia das informações prestadas pelo Fiscal.

e) Iniciar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a lei 8.666/93, se necessário.

f) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da CONTRATADA relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.

g) Realizar adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias.

h) Durante o período de garantia, verificar a qualidade dos serviços executados e, se necessário, proceder abertura do processo administrativo.

i) Verificar se os produtos e materiais utilizados atendem à sustentabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação é de **R\$** (.....), de acordo com o cronograma físico-financeiro e proposta detalhada - Anexo VI, parte integrante deste contrato.

7.1.2 - Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRE/PR.

7.1.3 - Os valores estão estabelecidos na proposta detalhada - Anexo VI, após apresentados e aprovados pelo TRE/PR, de acordo com o desembolso previsto no cronograma físico-financeiro, correspondendo integralmente aos serviços realizados e medidos no mês a que se referem.

7.1.4 - A critério do TRE/PR e dependendo da disponibilidade financeira, o cronograma desembolso poderá ser antecipado, observando-se a discriminação dos serviços.

7.2 - DO DOCUMENTO FISCAL

7.2.1 - O documento fiscal deverá ser protocolado junto à Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado à Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - Paraná, direcionado à SOP. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá ser encaminhada para o e-mail sop@tre-pr.jus.br.

7.2.2 - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

7.2.2.1 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.2 - A Contratada deverá manter-se devidamente regularizada perante a Seguridade Social, FGTS e Fazenda Federal, bem como com os impostos e taxas que porventura incidam sobre a contratação. Será exigida da contratada quitação da

GRPS, exclusiva da obra, em relação de todos os empregados da mesma.

7.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

a) CNPJ da Contratada;

b) Data de emissão da nota fiscal;

c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;

d) Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;

e) Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;

f) Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;

g) Número do contrato e,

h) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.2.4 - Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

7.2.4.1 - Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

7.4 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.4.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.4.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo de 20 (vinte) dias previsto no item 7.4 será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.4.3.1 - Nenhum pagamento será devido à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

7.4.4 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.5 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.1.

7.4.5.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos

pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.4.6 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

7.4.7 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.5 - Da regularidade fiscal:

7.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

7.6 - Da substituição tributária:

7.6.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

7.7 - Dos tributos federais:

7.7.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

7.7.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), não haverá a retenção de que trata o item acima.

7.7.3 - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja optante do Simples, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo IV.

7.8 - Da retenção previdenciária:

7.8.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

7.9 - Da retenção do ISS:

7.9.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da LC nº 116/03.

7.9.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

7.10 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano, encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

8.2 - Caso o contrato seja prorrogado de acordo com o limite da Lei nº 8.666/93, depois de findos 12 (doze) meses será pactuado o reajustamento dos preços, SOBRE O SALDO REMANESCENTE, a partir da data da apresentação da proposta.

8.2.1 - Os eventos remanescentes serão reajustados tendo como índice o INCC (Índice Nacional da Construção Civil), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, quando então voltará a haver nova suspensão de reajustes, salvo alterações supervenientes na legislação vigente e dependendo de repactuação com o CONTRATANTE, ficando estabelecido que os eventos posteriores ao 12º (décimo segundo) mês que tiverem suas execuções antecipadas não sofrerão reajuste, bem como aqueles que no mês supracitado estejam com suas execuções atrasadas por culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação sanções a seguir, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2 - Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de

atos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias, quando:

I - Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;

II - Não fornecer placa de sinalização da Obra.

b.1.1) Após o prazo de 10 (dez) dias de atraso recairá na penalidade prevista no item b.3 ou em rescisão contratual, para aquelas situações que prejudicar a execução contratual:

b.2) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total contratado, limitado a 10 (dez) dias, em razão de:

I - demora injustificada no início da execução superior a 10 (dez) dias do comunicado do Gestor.

II - atraso na execução do cronograma físico-financeiro, a partir do primeiro dia de atraso injustificado da execução do cronograma.

III - atraso injustificado até 10 (dez) dias na entrega do objeto, não entrega do ART OU RRT, RDO, documento comprobatório do descarte e/ou relação de EPIs a serem utilizados, descumprimento às normas de segurança do trabalho e causar paralisação nas atividades do Tribunal.

b.2.1) Após o prazo de 10 (dez dias) recairá na penalidade prevista no item b.3.

b.3) Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com o impedimento de licitar e contratar com a União, podendo recair em rescisão do contrato, em razão de ultrapassar o prazo máximo previstos nos itens b.1.1 e b.2.

b.4) Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por trabalhador que não utilizar EPI's obrigatórios, além da retirada do mesmo do campo de trabalho.

b.5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor item entregue e/ou colocação de diferente do proposto ou de qualidade inferior ao especificado no projeto;

b.6) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por quaisquer danos à obra ou aos bens do TRE/PR, sem a reposição do bem pertinente em até 30 (trinta) dias após a notificação;

b.7) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa à execução dos serviços inerentes à garantia/solidez da obra;

b.8) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas.

b.9) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total ou pela cessação da execução da obra, que implique rescisão contratual;

c) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme previsto no art.7º, da Lei nº 10.520/02.

9.3 - As multas e os prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9.3.1 - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

9.4 - As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo

estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

9.5 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

12.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 202....

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

.....
Diretor-Geral - TRE/PR
P/ CONTRATANTE